



Uma investigação sobre o emprego e a renda no Pólo de Informática em Ilhéus, Bahia

An investigation into employment and income in the Ilhéus IT Park, Bahia

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima¹

Resumo: O objetivo deste estudo é caracterizar o emprego e a renda na indústria de fabricação de equipamentos para informática e de fabricação de periféricos para equipamentos de informática. Trata-se de uma análise comparativa entre quatro períodos: 2006/2008², 2010, 2015 e 2019. O contexto histórico ampara-se no âmbito das políticas neoliberais, com a abertura da economia brasileira na década de 1990. Conclui-se que a crise econômica de 2007-2008 e o fim dos incentivos fiscais em 2010 levaram a forte redução no emprego e na renda. O período de análise dos dados mostrou que os incentivos fiscais, entre outros, favoreceram mais a valorização do capital do que o emprego, a renda e a melhoria do padrão de bem-estar dos trabalhadores.

Palavras-chave: Guerra fiscal; Pólo de informática; Emprego; Renda.

Abstract: The objective of this study is to characterize employment and income in the computer equipment manufacturing and computer equipment peripheral manufacturing industries. This is a comparative analysis between four periods: 2006/2008, 2010, 2015 and 2019. The historical context is based on neoliberal policies, with the opening of the Brazilian economy in the 1990s. It concludes that the economic crisis of 2007-2008

¹Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz. Autor(a) correspondente, *Email:* sricardo@uesc.br.

²A plataforma de Microdados CAGED/RAIS do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) disponibiliza os dados de renda (salários) a partir de 2007 e de pessoal ocupado a partir de 2008, enquanto os dados do IBGE/SIDRA estão disponíveis a partir de 2006.

and the end of tax incentives in 2010 led to a sharp reduction in employment and income. The period of data analysis showed that tax incentives, among others, favored capital appreciation more than employment, income, and improvement in the standard of welfare of workers.

Keywords: Fiscal war; IT park; Employment; Income.

JEL codes: J21; N70; O14.

I Introdução

O objetivo deste estudo é traçar uma caracterização do emprego e da renda na indústria de fabricação de equipamentos de informática e fabricação de periféricos para equipamentos de informática em Ilhéus, Bahia. O estudo abrange três períodos, conforme a disponibilidade dos dados: o primeiro (2006-2010) foi o auge do programa, com a consolidação das empresas já instaladas; o segundo período (2011-2015) foi de fechamento de muitas empresas e seu impacto sobre o emprego e a renda, decorrente da crise econômico-financeira de 2007/2008 e do fim dos incentivos fiscais do Estado que duraram 15 anos (1995-2010); o terceiro, de 2015-2019, que foi a continuidade da etapa de fechamento de mais empresas no Pólo de Informática.

Após a derrocada da lavoura do cacau na Microrregião Ilhéus-Itabuna³ no início da década de 1990, a economia e a sociedade regionais entraram numa profunda decadência, econômica e fundamentalmente social. Experimentaram-se a exploração de outras lavouras, com maior ênfase no café, mas as perspectivas não foram alentadoras, com exceção de alguns poucos produtores. Outras atividades também se instalaram no comércio e em serviços, a exemplo dos grandes comércios de atacados, construção civil e turismo, este último, aproveitando o potencial econômico do município e da região.

A importância do cacau deixou suas marcas na história, na literatura, na economia, na sociedade, na política e na cultura dessa sociedade. Governos municipais e estaduais, instituições públicas e privadas e produtores se engajaram na década de 1990 tentando recuperar a lavoura e/ou buscar alternativas.

Por essa época a economia mundial vivenciava o fenômeno da globalização e, na prática, a abertura das economias nacionais para o capital estrangeiro. Paralelamente, os programas regionais de desenvolvimento, que até a década de 1980 vinham sendo implementados,

³Com a Nova Divisão Regional do IBGE em 2017, as meso e microrregiões passaram a ser denominadas de Região Intermediária Ilhéus-Itabuna (52 municípios) e Região Imediata Ilhéus-Itabuna (22 municípios).

deixam de ser contemplados. Esses programas, particularmente para a região Nordeste, tinham como base de sustentação um forte estímulo ao processo de industrialização para tirar o Nordeste do atraso econômico e amenizar as mazelas e desigualdades sociais intra e inter-regionais. Sua inspiração e execução, nessa região, vai se dar sob a direção intelectual e política de Celso Furtado.

O Brasil vivenciou na década de 1990 um forte movimento político de atração de investimentos estrangeiros por parte dos estados da federação. A política pública de desenvolvimento regional foi substituída pela política de mercado. Para atrair capitais, os estados entraram numa forte concorrência de estímulos, isenções e subsídios de variada natureza que ficou conhecida como *guerra fiscal*.

O estado da Bahia engajou-se fortemente nessa política de estímulos. Foram vários os incentivos para atrair essas indústrias: fiscal, subsídios, doação de terrenos, visando ampliar e interiorizar a industrialização no estado⁴ e, particularmente no Sul da Bahia, tentar reverter o cenário de estagnação vivenciado a partir da década de 1990. Os municípios de Ilhéus e Itabuna⁵ ficaram entre os maiores contemplados na região. Ilhéus, em particular, experimentou um forte processo de instalação de empresas de eletro-eletrônicos.

Foi através do Decreto-Lei nº 4.316, de 19 de junho de 1995, que o governo da Bahia sinalizou a abertura de incentivos – via ICMS – à instalação de empresas de informática no município de Ilhéus. Posteriormente, em 1997 e 1999, o governo sinalizaria com outros três decretos dentro do pacote de estímulos às empresas que se instalassem no município.

Portanto, o município de Ilhéus foi contemplado com a instalação de grande número de empresas, com maior pujança na década de 2000. Paralelamente, a atividade cacau-derivados passou por transformações, acenando para um perfil de agroindústria cacau-chocolate. Foi nesse cenário de desolação na economia e sociedade ilheense que a instalação do Pólo de Informática foi anunciada como uma alternativa para tirar a região do abismo em que enveredou, procurando promover o emprego e a renda, na intenção de tentar trilhar o rumo do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O termo desenvolvimento tem sido banalizado no âmbito da política e da ideologia. Qualquer iniciativa de investimento estatal é catego-

⁴Esses programas não se restringiram à indústria, mas também se estenderam ao agronegócio.

⁵Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro são os municípios mais representativos economicamente na Microrregião Ilhéus-Itabuna. A Microrregião Ilhéus-Itabuna possui uma área de 21.309 Km², com uma população de 1.020.642 pessoas (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3145>, pesquisa realizada em 3/12/2017).

ricamente alardeado como um projeto de desenvolvimento econômico. Mas o que é mesmo o desenvolvimento econômico? Desvendando esse conceito tão complexo, embora não seja a finalidade desta pesquisa, questiona-se se a instalação do Pólo de Informática realizou o projeto de crescimento e desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda, a que se propunha.

II Aspectos metodológicos do estudo

A análise sobre o emprego e a renda neste estudo parte de uma perspectiva comparativa e qualitativa, visando abranger algumas das mais importantes dimensões do emprego e da renda, conforme a disponibilidade dos dados: fluxo de renda, montante de salários, volume de empregos gerados, rotatividade do emprego.

As fontes dos dados expostos nas tabelas e nos gráficos foram: microdados RAIS/CAGED, do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego): de 2008, 2010, 2015 e 2019; Novo CAGED: dados do emprego a partir de 2019; sítio do DATAVIVA (dataviva.info.br); a JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia) forneceu os dados das empresas; IBGE/Sidra: dados sobre pessoal ocupado total e assalariado, número de empresas, montante de salários.

Neste sentido, a metodologia parte de duas categorias centrais da pesquisa: emprego e renda. Os dados disponíveis para a discriminação abaixo foram divididos em 4 períodos: 2006/2008; 2010; 2015; 2019. Para o emprego, a análise abrangeu:

- a) pessoal ocupado geral e na indústria de informática e periféricos;
- b) pessoal ocupado assalariado;
- c) o saldo do emprego por grau de instrução;
- d) o saldo do emprego por faixa de renda;
- e) o saldo do emprego por faixa de tempo de trabalho (rotatividade do emprego);

Quanto à renda, analisou-se:

- a) o montante dos salários e outras remunerações;
- b) o fluxo de renda com base nas ocupações por faixa salarial;
- c) o fluxo de renda por grau de instrução;

- d) o montante de salários por grau de instrução;
- e) o montante de salários a partir do cruzamento do grau de instrução com as faixas de renda;

A partir da exposição e análise das informações com base nos dados elencados do emprego e da renda acima, procedeu-se à caracterização do emprego e da renda em cada um dos pontos acima expostos.

Após a breve exposição histórica e metodológica do estudo, a seção seguinte trata de respaldar o cenário do capitalismo contemporâneo sob o qual se inseriu esta política da *guerra fiscal*.

III Neoliberalismo: reestruturação produtiva do capital e flexibilização do emprego

Uma investigação sobre o emprego e a renda após a década de 1970 passa necessariamente, a nível geral, por uma consideração sobre o ideário e as políticas neoliberais em curso desde o final daquela década. Foi em meados da década de 1970 que, aproximadamente, transcorreu quase um século das formas de organização da produção e do trabalho fordista e taylorista, e que vem à tona uma nova forma de organização da produção: o toyotismo⁶.

Porém, essa nova forma de organização da produção é uma resposta à crise estrutural do capital, que leva consigo a escalada do desemprego: “O novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

A origem e a natureza do desemprego e seu desdobramento em fenômeno estrutural só pode ser historicamente compreendido a partir do processo de acumulação de capital, cujos desdobramentos levaram, de um lado, a um forte avanço tecnológico na produção (aumento da composição orgânica do capital, c/v) e, do outro, a um crescente desemprego. Marx (1983), em *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, mostra o desencadear desse fenômeno do desemprego a partir do aumento da composição orgânica do capital que, se em seus momentos iniciais demandou muito emprego, na sequência de sua intensidade, paralelamente aumentava o emprego absoluto, mas diminuía relativamente frente à massa de capital investida total e ao capital constante

⁶Modelo de gestão da produção e do trabalho que “desenvolve a habilidade humana até sua mais plena capacidade, a fim de melhor realçar a criatividade e a operosidade, para utilizar bem instalações e máquinas, e eliminar todo o desperdício” (LIMA, 2006, p. 119).

em particular, cujo desenlace passou a desencadear um novo fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista: a queda da taxa de lucro.

Visto que a lógica do capitalismo é a reprodução contínua do capital em sua forma ampliada, a lógica da acumulação traz consigo o aumento das forças produtivas que impactam as relações de produção, fazendo emergir, de um lado, as crises persistentes do capitalismo e suas novas formas de superação, e do outro, o fenômeno do desemprego estrutural, com a formação e expansão contínua do exército industrial de reserva. Esse fenômeno intensificou-se quanto maior a pressão sobre a queda da taxa de lucro e a busca incessante do capital por novos nichos de valorização, cujo desembocar na contemporaneidade foi o neoliberalismo.

Avelãs Nunes (2013, p. 19-20) sintetiza de forma bem esclarecedora a face do neoliberalismo sobre a classe trabalhadora:

O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades. O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na acção do estado capitalista, que é hoje, visivelmente, a *ditadura do grande capital financeiro* (grifo do autor).

Esse modelo de gestão da produção e do trabalho, que veio sob orientação da ideologia neoliberal, foi iniciado no Japão e se estendeu a todos os continentes nas décadas de 1980 e 1990, ampliando-se para outros setores da economia. No Brasil, as políticas neoliberais começaram no Governo Collor, mas foram interrompidas com seu impeachment, e foram colocadas em prática no Governo FHC, a partir de 1995.

Reforçando o anteriormente exposto, afirma Antunes:

Foi nos anos 90 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da lean production, dos sistemas just-in-time e kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2006, p. 18).

O desenrolar dessa reestruturação produtiva teve como contrapartida a flexibilização do trabalho, cujo desenlace desembocou em três vertentes: subcontratação, precarização e terceirização.

A outra vertente dessa reestruturação levou a dois processos econômicos: a tecnificação e racionalização do trabalho (ANTUNES, 2006, p. 21). Quanto mais racional o processo de trabalho, menor o tempo em que se executa uma operação. A intensificação dos processos de trabalho é um velho fenômeno do trabalho que tomará corpo na atualidade.

Portanto, o quadro geral de transformação de todos os processos de produção e de trabalho resultou no fenômeno da precarização do trabalho, cujos aspectos determinantes são: a) subcontratação; b) intensificação do trabalho; c) redução de salários; d) horas extras; e) descumprimento dos direitos trabalhistas; f) terceirização (ANTUNES, 2006, p. 23). Não iremos analisar neste estudo o fenômeno da precarização do trabalho, visto que não se tratou de uma pesquisa direta de visitas às empresas, mas apenas com dados secundários de fontes oficiais.

Se de um lado, a reestruturação produtiva implicou na flexibilização do trabalho, do outro implicou na ampliação do desemprego estrutural e no aumento das fileiras do exército industrial de reserva. Mészáros (2011, p. 69) sintetiza tal episódio: “Assim, o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual”.

Portanto, o projeto de instalação do Pólo de Informática em Ilhéus, assim como de outros projetos industriais na região e no estado da Bahia em geral, veio no bojo dessas políticas de abertura econômica ao capital nacional e externo. Esta porta se abriu no Brasil na década de 1990 a partir da atração dos incentivos oferecidos pelos estados brasileiros.

Particularmente na Bahia e, em especial, na Região Sul, o contexto histórico de crise cacaueteira com a abertura comercial para a atração de empresas foi um processo simultâneo que vislumbrou a possibilidade das instalações das indústrias proporcionarem uma alternativa de emprego e renda para alguns municípios dessa região.

Nesse sentido, faz-se necessário tecer breves considerações teóricas sobre o desenvolvimento econômico. Para isto, este estudo se embasou no aporte teórico de Celso Furtado, cuja vertente foi pensada para um país subdesenvolvido e, em especial, para a Região Nordeste, com baixo nível de desenvolvimento e profunda desigualdade social.

IV Breves considerações sobre o desenvolvimento econômico

Em uma de suas principais obras, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, editada pela primeira vez em 1967, resultado de sua pesquisa de doutorado, Celso Furtado expõe um rico diálogo entre crescimento e desenvolvimento econômico, de um lado, e desenvolvimento e subdesenvolvimento, do outro. Para isto, lança mão de variáveis centrais que caracterizam esses conceitos: a acumulação de capital, o progresso técnico e o fluxo de renda e massa salarial.

Para Furtado, “o desenvolvimento econômico resulta, em última instância, da introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção” (FURTADO, 1983, p. 88). Novas combinações de fatores de produção não são nada mais que inovações tecnológicas que implicam uma maior proporção de capital por unidade de mão de obra ou recursos naturais. Quanto maior essa proporção, maior é o caráter capitalista da produção.

Essas são as duas variáveis-chave do processo de desenvolvimento: progresso técnico (inovações tecnológicas) e produtividade, visto que o aumento da produtividade do trabalho, como resultado das técnicas inovadoras, reflete, pelo menos teoricamente, no aumento da renda real da sociedade e na maior quantidade de bens e serviços à disposição da população (FURTADO, 1983, p. 86). Por outro lado, o desenvolvimento econômico é, fundamentalmente, um processo de acumulação de capital e “o progresso tecnológico como uma dimensão do processo de acumulação de capital” (FURTADO, 1983, p. 94). Mas o núcleo da noção de desenvolvimento não se esgota aí.

Ao contrário, o desenvolvimento acontece quando as inovações tecnológicas que impactam no aumento da produtividade se desdobram para o conjunto da coletividade, aumentando o padrão de vida e de bem-estar material da comunidade.

Progresso técnico (inovações tecnológicas) e produtividade são, para Furtado, as duas variáveis-chaves do processo de desenvolvimento.

Do exposto acima, cabe destacar, no interesse deste estudo, que a conjunção dos dois fatores implica, por sua vez, no aumento do produto ou renda *per capita*, que por sua vez, ao se estender para os demais setores da economia, implica no aumento do fluxo e da massa salarial, refletindo-se no aumento do padrão de bem-estar geral. Ou seja, implicam no aumento da renda real da sociedade, e, portanto, no maior consumo (FURTADO, 1983, p. 86).

Portanto, na visão de Furtado, o desenvolvimento econômico é possível quando o investimento se desdobra na incorporação de novas

técnicas de produção que aumentam a produtividade e produz-se bens tecnologicamente sofisticados, de um lado, e geram emprego e renda, de outro, dinamizando a demanda. Ou, nas palavras de Furtado, capaz de gerar o aumento do fluxo de renda real e o aumento da massa salarial (FURTADO, 2009). É nessa perspectiva de desenvolvimento que tentaremos embasar os dados do emprego e da renda para a contribuição da indústria de informática no aumento do fluxo de renda e da massa salarial. Não iremos examinar aqui o comportamento da produtividade.

Assim, a superação de uma economia agroexportadora e monocultora, de baixo nível de produtividade e de baixa irradiação para a melhoria e aumento do padrão de vida da coletividade só seria possível a partir da alavancagem do processo de industrialização, como setor catalisador da cadeia produtiva econômica geral. Pelas suas características, esta estrutura econômica era subdesenvolvida, não apenas pelos elementos econômicos antes expostos, mas principalmente pela vulnerabilidade e refletora da dinâmica das economias centrais, não gozando de uma autonomia. E aí insere-se o fenômeno de dependência. O subdesenvolvimento é, então, um subproduto das relações econômicas de dependência em relação aos centros economicamente desenvolvidos.

Em conclusão, o crescimento econômico é o aumento da produção e da riqueza em determinado território; o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico que beneficia o conjunto da população, permitindo o aumento e melhoria do padrão de vida.

Ao analisarmos, na seção que segue, o contexto histórico no qual se instalou o Pólo de Informática e a que lógica econômica atendeu, veremos como o comportamento do emprego e da renda respondeu a essa nova realidade econômica do capitalismo na era da globalização.

IV.1 A indústria como setor indutor do desenvolvimento

Furtado, em suas principais obras⁷, apresenta a industrialização como o motor do desenvolvimento, pois a mesma engendra, de um lado, o aumento da produtividade e, do outro, a diversificação da procura. Deixa implícito também que o aumento da produtividade e a diversificação produtiva dependem da conjunção entre acumulação de capital, investimento e inovações tecnológicas.

Do anteriormente exposto, Furtado ressaltou que há uma elevada correlação entre desenvolvimento e industrialização. Portanto, a indus-

⁷Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento e Subdesenvolvimento; O Mito do Desenvolvimento Econômico e Raízes do Subdesenvolvimento.

rialização é o processo a partir do qual pode acontecer a superação do subdesenvolvimento e o ingresso no desenvolvimento.

O subdesenvolvimento está, portanto, intrinsecamente relacionado às relações de dependência. Este fenômeno está associado ao caráter estrutural das economias nacionais, mas também se deve às relações de dependência em relação àquelas nações que tiveram sua formação e evolução histórica e econômica nos primórdios do capitalismo; por outro lado, em decorrência deste último, à performance do comércio internacional entre países desenvolvidos (centrais) e subdesenvolvidos (periféricos)⁸. Ou seja, o domínio do controle e aprimoramento das tecnologias e do capital nas economias desenvolvidas terminam por consolidar uma rigidez estrutural de dependência, independente das economias subdesenvolvidas terem alcançado níveis de industrialização.

V A competição entre os estados: a *guerra fiscal*

A corrida competitiva de política de estímulos fiscais entre os estados visando atração de investimentos estrangeiros que ficou conhecida como *guerra fiscal* foi um produto do neoliberalismo, cujo desdobramento prático resultou no processo de globalização e, por conseguinte, na abertura dos mercados e desregulamentação financeira desde final da década de 1970.

O desenrolar das crises econômicas durante a década de 1970 – em particular a crise do dólar⁹ – em alguns países levou a um “novo arranjo político-econômico mundial” na década de 1980 que foi resultado da crise do Estado de Bem-Estar Social que vigorou a partir de 1945 até início dos anos 1970. Esse arranjo ficou conhecido como o “Consenso de Washington”¹⁰.

A abertura dos mercados repercutiu, no Brasil, num processo de forte competição entre os estados para atrair capitais de investimento nacionais e internacionais. Nesse contexto é que foi instaurada no

⁸Instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas) e o Banco Mundial utilizam a nomenclatura “países em desenvolvimento”, embora com critérios diferenciados de classificação. Neste texto trataremos o conceito na perspectiva de Celso Furtado.

⁹A crise do dólar diz respeito especificamente à forte desvalorização desta moeda no início da década de 1970. Essa desvalorização implicou na quebra do câmbio fixo que até então vinha sendo adotado, desde o Acordo de Bretton Woods. Esse fato implicou numa forte desestabilização monetária de todas as economias, resultando em fortes crises econômicas e endividamento das nações subdesenvolvidas.

¹⁰O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas de política econômica criado em 1989, formulado por economistas de instituições financeiras. Inspiradas nas ideias do economista John Williamson, passou a ser aplicada pelo FMI na década de 1990 visando o ajustamento macroeconômico das economias desenvolvidas que estavam em crise.

Brasil, na década de 1990, a *guerra fiscal*, particularmente na 2ª metade desta década.

Em termos genéricos, conforme [Alves \(2001\)](#), os instrumentos da política de *guerra fiscal* foram os seguintes:

- a) isenção do ICMS (estadual) e do ISS (municipal) parcial ou total;
- b) concessões gerais para instalação das empresas (terrenos, infraestrutura etc);
- c) benefícios creditícios públicos (capital fixo ou de giro) paralelos aos investimentos privados para início da produção.

Os estados da Bahia e do Rio de Janeiro foram os mais aguerri-dos na atração de empresas para seus respectivos territórios. No caso particular da Bahia, houve um forte processo de interiorização da industrialização via estímulos governamentais, visando atrair investimentos. Entre os principais, destacam-se: doação de terrenos, isenções fiscais, estímulos financeiros e créditos complementares. Acrescente-se que a maioria das empresas se instalou em galpões que até então eram utilizados para armazenagem e industrialização parcial das amêndoas de cacau (pasta e manteiga), de maneira que essas empresas tiveram uma considerável economia de custos com instalações.

O decreto-lei foi aprovado com esta perspectiva: retomar o crescimento econômico regional com uma outra matriz produtiva. Ilhéus, em particular, foi contemplado com o Pólo de Informática (computadores, eletro-eletrônicos, componentes eletrônicos e periféricos).

A Tabela 1 apresenta os dados das empresas de informática e de periféricos para equipamentos de informática no Pólo Industrial de Ilhéus. Do total de todas as unidades produtivas do município (agropecuária, pesca, produção florestal, indústria extrativa, indústria de transformação, comércio, serviços públicos e privados, construção civil, transportes, turismo, atividades financeiras, saúde, educação), as indústrias de transformação participaram com 287 em 2006. Dentro desta, a fabricação de equipamentos de informática e periféricos representava, em 2006, 20,2% (58 empresas); o número foi caindo até chegar em 2019 com apenas 14 empresas, com participação na indústria de transformação de 9%.

Em 2010, quando a crise econômica já havia eclodido, houve o fechamento de 11 empresas em comparação a 2006. Depois de 2010, com o fim dos incentivos, paralelamente à continuidade da crise, os fechamentos foram aumentando.

Tabela 1: Número de empresas totais, da indústria de transformação, de equipamentos de informática e de periféricos em Ilhéus, BA (und).

Segmentos de todos os setores produtivos e da indústria de transformação	2006	2010	2015	2019	2020
Total das unidades produtivas	3.310	3.977	3.655	3.143	3.171
Indústrias de transformação	287	279	236	155	167
Fabricação de equipamentos de informática e periféricos (a+b)	58	47	29	14	16
Fabricação de equipamentos de informática (a)	42	38	26	12	14
Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (b)	16	9	3	2	2

Fonte: IBGE, cadastro central de empresas.

V.1 O papel do Estado como indutor do desenvolvimento

Após a exposição da política de incentivos à instalação de empresas no Pólo de Informática, em Ilhéus, não poderia faltar, mesmo de forma breve para os limites deste texto, algumas considerações sobre o papel do Estado neste contexto histórico.

As políticas regionais de desenvolvimento econômico no Brasil pela via da industrialização, que vigoraram do início da década de 1960 até a década de 1980, ocorreram graças a um conjunto de políticas públicas de estímulo e incentivo ao processo de industrialização em regiões econômica e socialmente atrasadas em comparação com outras regiões, como foi o caso da Região Nordeste.

Na década de 1990 o Estado sai de cena como indutor direto dos programas de desenvolvimento e entra em cena o capital nacional e internacional atraídos por políticas de outra natureza (conforme seção anterior) para atrair estas empresas para regiões economicamente atrasadas.

Importante lembrar que tais políticas de desenvolvimento econômico surgiram após a Segunda Guerra Mundial, quando o profundo abismo entre nações ricas e nações pobres se ampliou. Ou seja, o pensamento de que haveria uma transmissão de capital e tecnologia das nações desenvolvidas para as nações subdesenvolvidas no âmbito de um progresso linear a longo prazo que favoreceria as nações historicamente atrasadas não aconteceu, conforme previa [Kuznets \(1983\)](#).

A corrente marxista começava a colocar em questionamento “de onde surge o problema do desenvolvimento? Qual é a origem histórica e econômica da divisão do mundo em países desenvolvidos e não-desenvolvidos?” (SINGER, 1984, p. 159).

A resposta às questões acima teve como alvo o “Imperialismo”, conforme expõe Singer (1984, p. 159-160):

O cenário mundial, no qual o problema do desenvolvimento se coloca, é o fruto de uma expansão imperialista que começa no século XVI, com a expansão do capital comercial ibérico e mais tarde holandês e inglês e que tomou suas formas definitivas e atingiu o auge de sua força expansiva no século XIX com o capitalismo industrial.

Esse processo de expansão imperialista teve como base o processo ininterrupto de acumulação de capital que fez com que, na evolução do capitalismo, a busca de valorização desse capital enfrentasse barreiras e que a superação dessas barreiras – como momento necessário da contínua expansão do capital – implicasse em novas formas das relações entre nações desenvolvidas e não-desenvolvidas.

A dependência é um desses fenômenos intrínsecos nas relações entre nações desenvolvidas e nações atrasadas, cujo eixo norteador é a divisão internacional do trabalho que engendrou nas relações entre os países desenvolvidos e não-desenvolvidos um tipo de relação, formulada por Trotsky em sua obra *A Revolução Permanente*, que ficou conhecida por “desenvolvimento desigual e combinado”. A esse respeito, Singer (1984, p. 160) foi pontual: “[...] o processo de desenvolvimento capitalista é estimulado pelas contradições mundiais do sistema”.

Apesar do processo de industrialização de alguns países não-desenvolvidos (em especial o Brasil), o avanço da industrialização fez reforçar ainda mais as relações de dependência: de capital e de tecnologia, como bem frisou Furtado (1983).

Os avanços de alguns países visando a superação do atraso e buscando galgar o caminho para o desenvolvimento não poderiam acontecer pela ótica evolucionista da ordem do mercado livre, cujo esgotamento eclodiu com a Crise de 1929. Só foi possível sob a orientação e ação das políticas do Estado, como indutor do desenvolvimento.

Apesar dos avanços na industrialização dos países subdesenvolvidos, não houve a superação dos laços de dependência; ao contrário, até se reforçaram, no caso particular do Brasil. Portanto, o esgotamento do modelo de desenvolvimento via políticas regionais de industrialização,

que no caso do Brasil vigorou até a década de 1980, abriu espaço para um novo modelo de atração de capitais (internos e externos) mediante concessões oferecidas pelos Estados.

Agora, de papel de indutor direto do desenvolvimento, o Estado passou ao papel de estimulador e de atração de capitais via políticas de isenções, doações e incentivos, que permeou durante a década de 1990 e ficou conhecido no Brasil como “guerra fiscal” entre os entes federados.

Analisando o papel do Estado no contexto da década de 1990, quando do aporte do receituário neoliberal, Pochmann (2017, p. 312) afirma que “ao longo do tempo, o Estado tem funcionado em concordância com as exigências da dinâmica capitalista, que se apresenta como um sistema de dimensão global”. Essa dinâmica o autor trata como os determinantes externos sobre a atuação do Estado brasileiro, de maneira que, “em síntese, as determinações na forma de atuação do Estado servem tanto às exigências da estrutura de competição intercapitalista quanto ao formato da dominação exposta pelo centro dinâmico capitalista à periferia global” (POCHMANN, 2017, p. 313).

Importante a noção que Pochmann (2017, p. 313) traz de Estado Mínimo, pois inverte a lógica do Estado-Mínimo reclamada pelos neoliberais. Para o autor, a ideia é que o Estado saia da condição de “mínimo” para atender aos interesses do capital: “A superação do Estado mínimo pelas exigências da nova estrutura oligopolista de competição intercapitalista moldou outro padrão de intervenção estatal, mais compatível com as exigências da dinâmica de acumulação capitalista”. O autor está se referindo à primeira onda da globalização capitalista, que vai do Século XIX até a eclosão da Crise de 1929.

O cenário de que estamos tratando neste estudo se encaixaria, seguindo a linha de raciocínio de Pochmann, na segunda onda da globalização capitalista, no estágio de financeirização do capitalismo, que se inicia nos EUA e na Inglaterra em final da década de 1970 e, após o interstício da década de 1980 (Nova República), caracterizada pelo levante e pela luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais, instaura-se efetivamente no Brasil em 1994, com FHC.

As privatizações de instituições públicas lucrativas que vieram a reboque das políticas neoliberais avançaram no Brasil na década de 1990, no governo FHC; tiveram um estancamento nos governos Lula e Dilma (período no qual o Estado assumiu a direção do desenvolvimento econômico) e sua continuidade foi dada no governo provisório de Temer e no governo Bolsonaro, de 2016 a 2022.

O fio condutor de tais investidas foi sustentado na ideia do “Estado-

mínimo”, cujo papel seria facilitar e abrir espaços onde até então o Estado atuava, para então entregar para a valorização do capital, não apenas na área produtiva, mas particularmente nos serviços de saúde, educação e previdência. No outro lado do ideário neoliberal estava sendo forjada a reforma trabalhista, que tornou ainda mais flexível as contratações, enfraqueceu os sindicatos e cortou direitos trabalhistas na promessa da ideia de “mais emprego com menos salários e direitos”.

É nesse contexto histórico do estágio do capitalismo na era da financeirização neoliberal que procuraremos entender e interpretar a política de abertura e de atração de capitais (produtivos e especulativos) por parte dos estados brasileiros, no nosso caso, o estado da Bahia.

A seção seguinte abordará a geração e evolução do emprego e da renda no Pólo de Informática por diferentes critérios de distribuição, ilustrados por meio de tabelas e gráficos. Inicia-se com a distribuição dos empregos por grandes setores da economia; segue com a evolução do emprego no setor de informática e congêneres¹¹.

VI Pólo de Informática: emprego e renda

Esta seção apresenta a caracterização do emprego e da renda a partir de alguns dados selecionados para os períodos 2008, 2010, 2015 e 2019. Inicia-se em 2008 devido à disponibilidade dos dados na plataforma do MTE. Faz-se, inicialmente, na seção VI.I, uma apresentação da evolução do emprego na indústria de equipamentos de informática e congêneres, com dados gerais do saldo de movimentação (admissões menos desligamentos), emprego por grau de instrução e por faixa de tempo de emprego (rotatividade do emprego).

A seção VI.II trata da caracterização da renda através do cruzamento da massa salarial por grau de instrução, seguido da análise comparativa entre faixa salarial e quantidade de salários mínimos e, por fim, a quantidade de salários mínimos a partir do cruzamento da faixa salarial com o grau de instrução.

¹¹Esse setor industrial compõe: Fabric. de Apar. e Equip. de Medida, Teste e Controle, Fabric. de Apar. de Recepção, Reprodução, Gravação e Amplif. de áudio e Vídeo, Fabric. de Apar. Telef. e de Outros Equip. de Comum, Fabricação de Componentes Eletrônicos, Fabricação de Equipamentos de Informática, Fabric. de Outros Equip. e Apar. Elétr. não Espec. Anteriormente (CNAE 2.0, IBGE).

VI.1 Caracterização do emprego na Indústria de Fabricação de Equipamentos de Informática e Periféricos no município de Ilhéus

O objetivo desta seção é apresentar uma caracterização do emprego na indústria de fabricação de equipamentos de informática e periféricos no Pólo de Informática em Ilhéus, realçando os seguintes critérios: pessoal ocupado total e assalariado, saldo (admissões menos desligamentos) por grau de instrução e desligamentos por faixa de tempo de trabalho, que mensura a rotatividade do emprego.

Os dados da Tabela 2 mostram a evolução do pessoal ocupado desde o conjunto de todos os setores da economia ilheense, depois mostra a participação da indústria de transformação e, dentro desta, as Indústrias de Fabricação de Equipamentos de Informática e Periféricos (IFEIP). Portanto, o pessoal ocupado nas IFEIP representou, em 2006, 31,9% dos empregos totais da indústria de transformação; para 2010, auge da indústria, a participação aumentou para 35,2%; a partir de 2010 inicia-se o fechamento de empresas e consequente redução dos empregos. Em 2015, o pessoal ocupado representou apenas 14,9% do total da indústria de transformação, com dispensa de 911 trabalhadores; em 2019, mais uma redução, em nível menor, porém com percentual um pouco maior do pessoal ocupado: 15,4% e redução de 35 trabalhadores.

Tabela 2: Pessoal ocupado total (pessoas) em Ilhéus, BA (und).

Segmentos de todos os setores produtivos e da indústria de transformação	2006	2010	2015	2019	2020
Total	29.004	33.295	35.733	33.868	32.157
Indústrias de transformação	3.774	4.142	3.676	3.319	3.379
Fabricação de equipamentos de informática e periféricos (a+b)	1.206	1.458	547	512	544
Fabricação de equipamentos de informática (a)	844	1.103	333		
Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (b)	362	355	214		

Fonte: IBGE, cadastro central de empresas.

A Tabela 3 mostra a participação do pessoal ocupado assalariado no conjunto do pessoal ocupado da indústria de transformação. Em

2006, a participação do emprego assalariado das IFEIP na indústria de transformação foi de 33,4%; em 2010, a participação das IFEIP subiu para 36,6% na indústria de transformação; em 2015, caiu para 15,5% e, em 2019, um minúsculo acréscimo, para 15,9%. Comparando 2019 com 2010, houve perda de 946 empregos nas IFEIP, que representou 64,9% do total de 2010.

Tabela 3: Pessoal ocupado assalariado (pessoas) em Ilhéus, BA (und).

Segmentos de todos os setores produtivos e da indústria de transformação	2006	2010	2015	2019	2020
Total	25.107	28.522	31.047	30.020	28.178
Indústrias de transformação	3.483	3.806	3.371	3.123	3.162
Fabricação de equipamentos de informática e periféricos (a+b)	1.164	1.393	522	498	529
Fabricação de equipamentos de informática (a)	816	1.052	312		
Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (b)	348	341	210		

Fonte: IBGE, cadastro central de empresas.

A Tabela 4 segue uma evolução parecida com a Tabela 5, porém considerando a evolução do emprego por grau de instrução. A tabela aponta uma maior concentração dos empregos para o nível médio completo (admissões e desligamentos), em todos os períodos, seja com saldos positivos e negativos. As admissões e desligamentos no nível médio completo vão representar, para todos os períodos, uma participação no emprego acima de 50%. Em segundo lugar passa a predominar os empregos com nível superior completo e incompleto, porém com valores bem abaixo do nível médio. Esses dados demonstram que o grosso dos empregos no setor para todo o período analisado ocorreu para pessoas com baixo nível de escolaridade, o que, portanto, irá influenciar os baixos níveis de renda nesta indústria.

A Tabela 5 traz os dados de movimentação dos desligamentos relacionados às faixas de tempo de emprego, ou seja, a rotatividade do emprego na indústria de informática e periféricos. A tabela mostra que a maior concentração dos desligamentos se encontra na faixa de 12 a 23,9 meses (-358), seguida da faixa entre 6 e 11,9 meses (-306). Após estas, seguem as faixas com maiores desligamentos: de 24 a 35,9 meses (-221), de 1 a 2,9 meses (-215) e de 36 a 59,9 meses (-212).

Tabela 4: Saldo do emprego (admissões menos desligamentos) por grau de instrução na indústria de fabricação de equipamentos de informática e periféricos em Ilhéus, BA.

Anos Grau de instrução	2008			2010			2015			2019		
	adm.	desl.	saldo									
Fundamental completo	29	-34	-5	11	-8	3	5	-11	-6	0	0	0
Médio completo	469	-510	-41	612	-330	282	195	-279	-84	67	-82	-15
Superior incompleto	48	-57	-9	57	-36	21	9	-26	-17	13	-2	11
Superior completo	30	-29	1	51	-49	2	18	-49	-31	13	-9	4
Total	576	-630	-54	731	-423	308	227	-365	-138	93	-93	0

Fonte: microdados RAIS / CAGED / MTE.

Os dados da Tabela 5, ao apresentarem a maior concentração dos desligamentos entre as faixas de 6 e 11,9 meses e 12 e 23,9 meses, sinalizam uma alta rotatividade do emprego neste setor. Supõe-se que a alta rotatividade esteja, de certa forma, ligada ao baixo nível de escolaridade (nível médio), visto que, em sinal de crise, são os mais afetados com os desligamentos. Possivelmente, são empregos engajados em processos de trabalho rotineiros e repetitivos no setor e que não exigem grande qualificação. Esta realidade, por sua vez, tem graves consequências sobre a sustentabilidade das baixas rendas, para aqueles estratos de classe mais carentes.

Tabela 5: Desligamentos do emprego por faixa de tempo de emprego na indústria de fabricação de equipamentos de informática e fabricação de periféricos para equipamentos de informática em Ilhéus, BA.

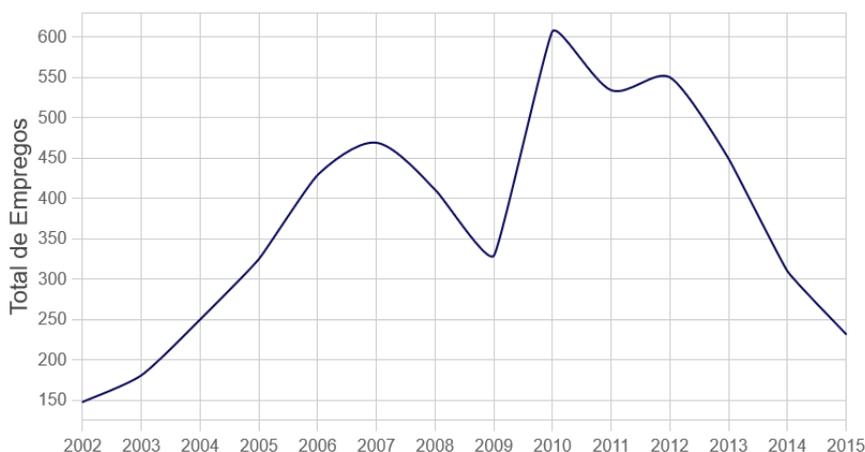
Faixa de tempo de emprego	2008	2010	2015	2019
1,0 a 2,9	-70	-90	-49	-6
3,0 a 5,9	-91	-61	-38	-8
6,0 a 11,9	-163	-85	-46	-12
12,0 a 23,9	-204	-73	-61	-20
24,0 a 35,9	-82	-65	-53	-21
36,0 a 59,9	-69	-57	-71	-15
60,0 a 119,9	-56	-22	-92	-14
120,0 ou Mais	-2	-2	-9	-3
Total	-737	-455	-419	-99

Fonte: microdados RAIS / CAGED / MTE.

Os dados atuais do emprego para a indústria de fabricação de equipamentos de informática e periféricos apontam um estoque de emprego de 1.067 trabalhadores, segundo o portal do Novo Caged, até março de 2023. A indústria de informática representou 26,45% do estoque de trabalhadores do total da indústria de transformação, no total de 4.034 trabalhadores (Novo CAGED). Comparativamente a 2020, quando o estoque total era de 3.379 empregos, a indústria de informática representou 18% do estoque de empregos, lembrando que foi o ano da pandemia.

A Figura 1 mostra a evolução do emprego no Pólo de Informática em Ilhéus. O período (2002-2015) abrange o início do fortalecimento do setor – quando estavam se instalando as empresas – até o momento de derrocada, sendo o período 2010-2015 de maior fechamento de empresas. Analisando cada momento no gráfico, temos em 2002-2007 o auge dos empregos que vieram junto com as instalações das empresas. O período 2007-2009 apresenta uma queda acentuada no emprego decorrente da crise econômico-financeira mundial de 2007-2008.

Figura 1: Evolução do emprego na indústria de fabricação de equipamentos de informática em Ilhéus, BA, 2002-2015.



Fonte: DATAVIVA.

No período 2009-2010 há um forte aumento no emprego, acima do nível anterior (2007), não apenas recuperando as perdas do período 2007-2009, mas empregando ainda mais pessoas, mesmo com a crise econômica se alastrando pelo mundo. As expectativas positivas do crescimento econômico do Brasil alinhado ao crescimento da China no

final do 2º Governo Lula e 1º Governo de Dilma, com enfrentamento positivo diante da crise mundial, através de várias ações de política econômica, provocaram esse intervalo favorável para o emprego no setor, apesar do avanço da crise no mundo.

O período 2010-2012 foi de uma queda inicial do emprego, com fechamento de algumas empresas, possivelmente como resposta ao fim dos subsídios e incentivos encerrados em 2010, e no período 2011-2012 há uma pequena recuperação, talvez ainda como efeito das ações do Governo Dilma, conforme já falamos.

O período 2012-2015 foi de fechamento em escala de muitas empresas e dispensa de trabalhadores, conforme mostra a queda acentuada da curva, alcançando menos de 250 trabalhadores em todo o setor. Vale salientar que algumas empresas já tinham sido desativadas mesmo antes do ano de vencimento dos incentivos. Os números levantados junto à JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia), com base na rubrica “Data da Última Atualização”, indicam o fechamento de 43 empresas.

Após a apresentação dos dados do emprego, análise e considerações, passemos agora ao tratamento da caracterização da renda no Pólo de Informática.

VI.II Renda: formação, fluxo e volume no Pólo de Informática

Nesta subseção vamos investigar o desdobramento da renda no Pólo de Informática através das seguintes variáveis: grau de instrução, faixa de renda, fluxo de renda, massa (volume) de salários. O cruzamento entre essas variáveis nos permite apontar indicadores sobre o impacto do setor de informática na quantidade e tipo de empregos gerados, assim como do fluxo e massa total da renda dos salários. O fluxo e o volume de salários por faixa salarial sinalizam para a dinâmica do tipo de emprego gerado no pólo.

Visto que alguns dos processos de produção na montagem dos computadores não exigiam alta qualificação da força de trabalho, ou seja, eram atividades simples de baixo teor tecnológico, a demanda por trabalho, nesses processos de produção em particular, exigia baixa qualificação profissional.

Portanto, pelas características do setor industrial, as plantas instaladas já traziam um alto nível tecnológico, o que, de antemão, já prenunciava a impossibilidade de geração de muitos empregos, independente do nível escolar. Portanto, o exposto anteriormente não ignora que a instalação dessas indústrias trouxe uma nova dinâmica sobre

o emprego e a renda, visto que, até então, esta era uma região com predomínio de atividades agrícolas e baixo nível de industrialização.

O volume das remunerações salariais e outras remunerações (Tabela 6) que acompanham o salário nas IFEIP representaram, em 2006, 30,3% do total da indústria de transformação; em 2010, a participação manteve-se praticamente a mesma, em 30,7%; já em 2015, caiu pela metade (15,9%) da participação na indústria de transformação, com redução na massa salarial – comparada a 2010 – de 24,1% (16.188 – 12.282); em 2019, a participação cai ainda mais, para 13%.

Importante destacar que na evolução salarial da indústria de transformação houve crescimento em todo o período (2006 a 2019), enquanto a participação das IFEIP vai, para o mesmo período, diminuindo percentualmente, embora a massa salarial em 2019 tenha sido um pouco maior que em 2015.

Tabela 6: Salário e outras remunerações (mil reais) em Ilhéus, BA (und).

Segmentos de todos os setores produtivos e da indústria de transformação	2006	2010	2015	2019	2020
Total	329.077	524.209	849.726	839.175	870.756
Indústrias de transformação	46.347	52.759	77.301	101.227	99.109
Fabricação de equipamentos de informática e periféricos (a+b)	14.054	16.188	12.282	13.130	14.606
Fabricação de equipamentos de informática (a)	10.122	12.148	8.038		
Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (b)	3.932	4.040	4.244		

Fonte: IBGE, cadastro central de empresas.

Os dados da Tabela 7 também são um importante indicador do volume de salários em resposta ao grau de instrução. Os níveis médio e superior completo tiveram a maior participação no volume de salários, embora com grande distância entre os dois. O nível médio em 2010, auge do programa, representou 63,5% do volume de salários, enquanto o nível superior respondeu por 24,7%. Já em 2019, com o baixo nível de atividade industrial deste setor, o nível médio respondeu por 77,7% e o superior por 16%. Se em números absolutos houve forte redução do emprego nos níveis médio e superior, os desligamentos afetaram mais o nível superior, guardando as devidas proporções entre os dois

níveis.

Tabela 7: Quantidade de salários por grau de instrução na indústria de informática e congêneres em Ilhéus, BA.

Anos	Fundam.	Médio	Super. incomp.	Super. comp.	Total
2007	2	48	1	4	55
2010	30	1.380	225	536	2.171
2015	30	788	97	331	1.245
2019	0	320	27	66	412

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do CAGEG / PDET.

Analisando agora o volume salarial, com base na Tabela 8, a maior concentração da massa foi entre 1 e 1,5 salários mínimos (SM), acompanhado em seguida da faixa entre 1,5 e 2 SM, o que é muito baixo em termos de uma dinâmica do fluxo de renda, mas representou um acréscimo no fluxo da renda total, onde até então não existia.

Em 2010, a faixa salarial entre 1 e 1,5 SM representou 42,1% do total das faixas salariais. Já entre as faixas de 1 a 3 SM, onde tem o maior contingente de empregos, a participação aumentou para 69% do total das faixas salariais. A última coluna apresenta, entre 2010 e 2019, uma forte retração do volume de salários nesta indústria. Portanto, grosso modo, o emprego no Pólo de Informática, ao não exigir qualificação da força de trabalho, gerou uma massa salarial concentrada em baixos níveis de renda.

O volume de salários é um importante indicador do aumento do fluxo de renda em uma economia, ao mesmo tempo em que promove um aumento da demanda e a possibilidade de melhoria do padrão de bem-estar material. No caso específico da Região Sul da Bahia (e particularmente Ilhéus), onde a crise econômica da atividade cacaueteira levou contingente expressivo de pessoas ao desemprego e à pobreza, o aumento do fluxo de renda, ao abranger esse contingente da sociedade, poderá proporcionar o acesso à renda, direta e indiretamente, ao incorporar parcelas dessas pessoas no mercado de trabalho.

O volume de salários foi também analisado mediante cruzamento dos dados da faixa salarial com o grau de instrução no Pólo de Informática (Tabela 9), no intuito de observar qual(is) faixa(s) salarial(is) e qual(is) grau(s) de instrução mais se destacaram no montante dos salários.

Para os quatro períodos, a concentração do montante salarial ficou entre 1 e 1,5 SM e no nível médio de escolaridade. Novamente,

Tabela 8: Quantidade de salários mínimos por faixa salarial nas indústrias de informática e congêneres de Ilhéus, BA.

Faixa de salário mensal	2007	2010	2015	2019
Até 0,5	0	9,93	14,73	9,2
0,51 a 1,0	0	53,82	41,22	16,79
1,01 a 1,5	32,41	970,72	705,28	231,92
1,51 a 2,0	8,69	428,73	115,69	73,47
2,01 a 3,0	2,89	189,48	141,94	42,63
3,01 a 4,0	14,2	108,99	68,17	15,23
4,01 a 5,0	0	88,86	72,36	4,01
5,01 a 7,0	0	92,08	99,85	20,12
7,01 a 10,0	0	71,26	40,13	0
10,01 a 15,0	0	108,92	12,27	0
15,01 a 20,0	0	159,46	19,03	17,5
Mais de 20,0	0	20,69	23,93	0
Total	58,19	2.302,94	1.354,60	430,87

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do CAGEG / PDET.

o ano de 2010 foi o que apresentou a maior concentração da massa salarial (1.380,15) no nível médio de escolaridade, do conjunto de todas as faixas de renda, para um volume salarial total de 2.170,95 em todos os níveis. Em 2015, o volume salarial do nível médio cai quase pela metade, acompanhado do volume total para o período que foi de 1.245,29. Em 2019 a queda é brusca, menos da metade do volume salarial de 2015 e, aproximadamente, 1/3 do volume salarial total. A queda atinge fortemente os níveis médio e superior completo, com uma margem bem distante entre os dois níveis de escolaridade.

O nível superior completo e incompleto também terão importante participação no montante de salários, ficando em 2º lugar. Os dois níveis representaram, para 2010 (ano de maior destaque), 36% na participação do montante total do volume de salários e, o que é significativo, o nível superior completo representou 25,6% do montante dos salários.

Um destaque importante é que em 2010, quando o montante de salários foi maior, o nível superior completo alcançou faixas salariais maiores: de 2 a 5 salários mínimos. Mesmo em 2015, com o fechamento de muitas empresas, o nível superior completo alcançou maior participação nas faixas entre 4 e 7 salários mínimos. Porém, em 2019 a redução é brusca em todas as faixas, com muitos fechamentos de empresas entre 2015 e 2019.

Após apresentação e análise dos dados do emprego e da renda da

Tabela 9: Quantidade de salários mínimos por faixa salarial e grau de instrução nas indústrias de informática e congêneres em Ilhéus, BA, para 2007 / 2010 / 2015 / 2019.

2007		Grau de instrução				Total
Faixa de salário mensal	Fundam.	Médio	Super. incomp.	Super. comp.		
1,01 a 1,5	2,11	25,39	1,44	2,37	31,31	
1,51 a 2,0	0	5,12	0	1,9	7,02	
2,01 a 3,0	0	2,89	0	0	2,89	
3,01 a 4,0	0	14,2	0	0	14,2	
Total	2,11	47,6	1,44	4,27	55,42	
2010		Grau de instrução				Total
Faixa de salário mensal	Fundam.	Médio	Super. incomp.	Super. comp.		
Até 0,5	0,5	3,47	0,46	0	4,43	
0,51 a 1,0	0	38,81	1,68	0	40,49	
1,01 a 1,5	26,68	774,86	55,64	27,73	884,91	
1,51 a 2,0	3,21	342,79	34,17	23,46	403,63	
2,01 a 3,0	0	99,12	44,99	43,12	187,23	
3,01 a 4,0	0	29,33	27,44	52,22	108,99	
4,01 a 5,0	0	27,17	4,9	56,79	88,86	
5,01 a 7,0	0	24,14	35,87	32,07	92,08	
7,01 a 10,0	0	23,84	7,84	39,58	71,26	
10,01 a 15,0	0	0	11,76	97,16	108,92	
15,01 a 20,0	0	16,62	0	142,84	159,46	
Mais de 20,0	0	0	0	20,69	20,69	
Total	30,39	1.380,15	224,75	535,66	2.170,95	
2015		Grau de instrução				Total
Faixa de salário mensal	Fundam.	Médio	Super. incomp.	Super. comp.		
Até 0,5	0	6,46	0,45	0	6,91	
0,51 a 1,0	0	22,34	0,91	0	23,25	
1,01 a 1,5	24,34	571,57	22,53	13,38	631,82	
1,51 a 2,0	2	97,49	4,92	9,64	114,05	
2,01 a 3,0	0	53,19	27,18	56,86	137,23	
3,01 a 4,0	3,19	16,90	16,66	27,71	64,46	
4,01 a 5,0	0	13,47	4,06	54,83	72,36	
5,01 a 7,0	0	6,56	12,56	80,73	99,85	
7,01 a 10,0	0	0	7,45	32,68	40,13	
10,01 a 15,0	0	0	0	12,27	12,27	
15,01 a 20,0	0	0	0	19,03	19,03	
Mais de 20,0	0	0	0	23,93	23,93	
Total	29,53	787,98	96,72	331,06	1.245,29	
2019		Grau de instrução				Total
Faixa de salário mensal	Fundam.	Médio	Super. incomp.	Super. comp.		
Até 0,5	X	4,14	0	0	7,33	
0,51 a 1,0	X	9,59	1,96	0	13,23	
1,01 a 1,5	X	103,40	10,50	12,76	222,88	
1,51 a 2,0	X	47,01	6,89	11,39	73,47	
2,01 a 3,0	X	19,98	2,30	20,35	42,63	
3,01 a 4,0	X	0	0	11,24	11,24	
4,01 a 5,0	X	4,01	0	0	4,01	
5,01 a 7,0	X	5,04	5,01	10,07	20,12	
15,01 a 20,0	X	0	0	0	17,50	
Total	X	193,17	26,66	65,81	412,41	

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do CAGEG / PDET.

indústria de equipamentos para informática e periféricos no Pólo de Informática em Ilhéus, vamos seguir com uma análise conjunta dessas duas categorias e sua interpelação com o objetivo a que se propõe neste estudo.

VII Considerações Finais

A instauração do Pólo de Informática ocorreu no contexto globalizante de abertura da economia ao capital internacional, mas também inter-regional, em busca de espaços de valorização. Este projeto de atração de empresas orquestrou-se no bojo das políticas neoliberais e da globalização. Assim sendo, veio atender às necessidades do capital em sua crise estrutural de valorização e não aos anseios de determinada localidade. Assim, a política de *guerra fiscal* atendeu mais às investidas de valorização do capital a nível mundial.

As conclusões extraídas do texto sobre o emprego e a renda no Pólo de Informática devem considerar dois aspectos: o primeiro, a crise econômico-financeira que emergiu em 2007-2008; segundo, o fim das isenções fiscais em 2010.

Os dados do número de empresas, empregos efetivados por pessoal ocupado em geral e, dentro deste, do assalariamento, mostraram crescimento até 2010. A partir deste ano, em 2015 e 2019, houve forte redução no número de empresas, no emprego e na renda.

O auge do projeto (2010) promoveu uma significativa participação do emprego no Pólo de Informática (fabricação de equipamentos e periféricos) no conjunto da indústria de transformação para o município de Ilhéus, da ordem de 36,6%, ou seja, mais de 1/3 do total dos empregos na indústria, com redução drástica em 2015 e 2019, para menos da metade do que representou em 2010.

A maior geração dos empregos para os 4 períodos analisados (2006 / 2008, 2010, 2015, 2019) entre admissões, desligamentos e saldos favoreceu os trabalhadores com nível médio completo de escolarização. Quando se considera o pessoal ocupado total, a participação do pessoal que recebia salário mínimo representou 36,6% em 2010, caindo nos períodos subsequentes.

Analisando o comportamento da renda, a participação de “salários e outras remunerações” teve seu auge em 2010, com reduções subsequentes, dentro da periodização utilizada. Enquanto a massa de salários (e outras remunerações) evoluiu para a indústria de transformação entre os períodos 2006 a 2019, a indústria de informática apresentou reduções contínuas.

A renda por grau de instrução acompanhou o emprego, com maior montante dos salários no nível médio, seguido à distância pelo nível superior. A maior incidência dos rendimentos salariais ocorreu, em 2010, na faixa entre 1 e 1,5 SM, seguida pela faixa de 3 a 4 SM.

O montante de salários obtidos a partir do cruzamento da faixa salarial com o grau de instrução inferiu que a maior concentração se deu para o nível médio e para a faixa entre 1 e 1,5 SM, seguida da faixa de 1,5 a 2 SM, para os quatro períodos. O nível superior completo – em 2010 e 2015 – teve maior participação da massa salarial entre as faixas de 3 a 5 SM, com montantes bem inferiores ao nível médio. Em geral, apresenta-se para os 4 períodos uma forte redução do montante dos salários a partir de 2010.

Para o tempo de ocupação no emprego que caracterizamos por rotatividade, mensurado através dos “desligamentos” (Tabela 5), houve maior rotatividade entre as faixas de 6 meses a 23,9 meses. Os dois períodos do auge do projeto (2008 e 2010) apresentaram a maior rotatividade acima apresentada, sendo bem superior em 2008. Conclui-se que os empregos gerados no Pólo de Informática foram de curta duração, promovendo uma forte instabilidade e insegurança empregatícia, repercutindo na insustentabilidade do emprego e da renda durante a periodização apresentada neste estudo. Esse dado impacta negativamente no horizonte de perspectivas de longo prazo para a economia, o emprego e a renda.

A natureza do tipo de atividade que se instalou no Pólo (altamente intensiva em tecnologia e capital), e face à forte competitividade neste setor, exigiu maior aporte de tecnologias de última geração, o que impactou na pouca aderência ao emprego. Mesmo assim, a maior parte dos empregos, conforme já assinalamos, foi incorporada em atividades de baixa exigência de qualificação e, portanto, de baixa remuneração.

As vantagens oferecidas pelas isenções fiscais, estrutura física, baixo custo da força de trabalho e alto nível tecnológico possivelmente possibilitaram altas taxas de lucro para as empresas, encontrando no município (até o auge do projeto) oportunidades para obtenção de volumosos lucros.

Em conclusão, a estagnação econômica regional e local (Ilhéus), com alto desemprego e aumento das mazelas sociais, encontrou, na década de 1990, o processo em andamento de abertura da economia, através da ideologia neoliberal e da globalização, o qual favoreceu menos os empregos e a renda e mais a valorização do capital, nacional e internacional.

Referências

- ALVES, M. A. S. *Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo*. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- ANTUNES, R. (Ed.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. v. 1.
- AVELÃS NUNES, A. *A crise do capitalismo: capitalismo, neoliberalismo, globalização*. 5ª. ed. Lisboa: Editora Página a Página, 2013.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico (Coleção Os Economistas)*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Contraponto Editora, 2009.
- KUZNETS, S. *Crescimento econômico moderno (Coleção Os Economistas)*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (Ed.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. v. 1.
- MARX, K. *O capital, livro I, tomo II (Coleção Os Economistas)*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- POCHMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 309–330, 2017.
- SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.